



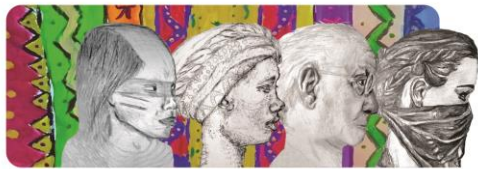
12º ENCONTRO GAÚCHO DE
**ASSISTENTES
SOCIAIS**
17 E 18 DE MAIO DE 2018 | PORTO ALEGRE/RS

MOÇÕES DO 12º EGAS

Moção 1. MOÇÃO DE APOIO A CAMPANHA “CALAR JAMAIS” COORDENADA PELO FÓRUM NACIONAL PELA DEMOCRATIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO (FNDC)

Os/as Assistentes Sociais e Estudantes de Serviço Social, Representantes das instâncias representativas da Categoria (CFESS/CRESS, ABEPSS, ENESSO, FESSS), demais trabalhadores/as reunidos/as por ocasião da realização do 12º Encontro Gaúcho de Assistentes Sociais (EGAS), realizado entre os dias 17 e 18 de maio de 2018, em Porto Alegre- RS na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), vem por meio desta manifestar o apoio:

- a desmistificação da comunicação como algo externo e alheio ao Serviço Social, assumindo o direito à comunicação como bandeira de luta e ferramenta de trabalho;
- a construção de uma comunicação plural, crítica e de livre acesso da sociedade, movimentos sociais e população usuária dos serviços sociais.
- a efetivação de um processo de comunicação que resista ao projeto conservador hegemônico;
- ao fortalecimento da comunicação na perspectiva dialógica com vistas ao acesso aos direitos e a emancipação política;
- a produção de materiais de comunicação que divulguem as atribuições e competências técnicas-operativas das/os Assistentes Sociais, valorizando a profissão.



12º ENCONTRO GAÚCHO DE
**ASSISTENTES
SOCIAIS**
17 E 18 DE MAIO DE 2018 | PORTO ALEGRE/RS

Moção 2. MOÇÃO DE RECOMENDAÇÃO - SUGESTÃO À ABEPSS PARA REALIZAÇÃO DE MESA TEMÁTICA SOBRE COMUNICAÇÃO, CULTURA E SERVIÇO SOCIAL NO XVI ENPESS

Os/as Assistentes Sociais e Estudantes de Serviço Social, Representantes das instâncias representativas da Categoria (CFESS/CRESS, ABEPSS, ENESSO, FESSS), demais trabalhadores/as reunidos/as por ocasião da realização do 12º Encontro Gaúcho de Assistentes Sociais (EGAS), realizado entre os dias 17 e 18 de maio de 2018, em Porto Alegre- RS na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), vem por meio desta moção solicitar à direção da ABEPSS e a Comissão Organizadora do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS), que assegure uma mesa temática, inclusive com recebimento de trabalhos científicos, sobre comunicação, cultura e serviço social.



12º ENCONTRO GAÚCHO DE
**ASSISTENTES
SOCIAIS**
17 E 18 DE MAIO DE 2018 | PORTO ALEGRE/RS

Moção 3. MOÇÃO DE APOIO A EBC E A TVE RS

Os/as Assistentes Sociais e Estudantes de Serviço Social, Representantes das instâncias representativas da Categoria (CFESS/CRESS, ABEPSS, ENESSO, FESSS), demais trabalhadores/as reunidos/as por ocasião da realização do 12º Encontro Gaúcho de Assistentes Sociais (EGAS), realizado entre os dias 17 e 18 de maio de 2018, em Porto Alegre- RS na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), vem por meio desta manifestar o apoio a defesa da EBC e da TVE RS, considerando as políticas de desmonte em curso, que ferem os princípios da comunicação pública.

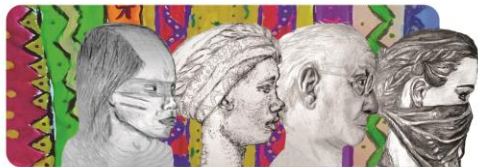


Moção 4. MOÇÃO DE REPÚDIO AO DESMONTE DA SEGURIDADE SOCIAL

- Considerando a hegemonia do referencial marxista nos fundamentos da profissão, essenciais para a leitura e compreensão da realidade social e intervenção nesta.
- Considerando o trabalho realizado nas políticas públicas a partir da concepção de Seguridade Social ampliada enquanto meio e estratégia de fortalecimento para a luta por uma sociedade mais justa e equânime.
- Considerando o processo histórico e dialético da luta de classes, referenciado na produção de mais-valia, a partir da exploração da classe trabalhadora, na qual o/a assistente social se insere.
- Considerando a atual conjuntura, de ataques concretos às Políticas que compõe a Seguridade Social, como parte do plano mundial de supervalorização do capital, impedindo a concretização efetiva de sua concepção ampliada.

Os/as Assistentes Sociais e Estudantes de Serviço Social, Representantes das instâncias representativas da Categoria (CFESS/CRESS, ABEPSS, ENESSO, FESSS), demais trabalhadores/as reunidos/as por ocasião da realização do 12º Encontro Gaúcho de Assistentes Sociais (EGAS), realizado entre os dias 17 e 18 de maio de 2018, em Porto Alegre - RS na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), vem por meio desta manifestar repúdio:

- a Ementa Constitucional nº 93, de 24 de agosto de 2016, que prevê a extensão da Desvinculação das Receitas da União (DRU) até 2023, aumentando seu patamar de desvinculação para 30% e permitindo ao governo aplicar os recursos inicialmente destinados a áreas como educação, saúde e previdência social em qualquer despesa considerada prioritária, bem como na formação de superávit primário e pagamento de juros da dívida pública;
- a entrada de capital estrangeiro nos serviços de assistência à saúde e pela revogação do artigo nº 142 da Lei nº 13.097/2015;
- aos ataques ao controle social e participação popular, realizados nas três esferas de governo, desrespeitando as deliberações realizadas nestes espaços e propondo alterar seu caráter para conselhos meramente consultivos à gestão das políticas, o que é inconstitucional;



- a Emenda Constitucional nº 95/2016, que propõe um Novo Regime Fiscal com limite para os gastos públicos, promovendo o desmonte dos serviços públicos nos próximos 20 anos;
- a proposta dos Planos Acessíveis de Saúde, que visa limitar o acesso da população ao SUS, oferecendo serviços de baixa qualidade e que não contemplam a integralidade do atendimento;
- a qualquer forma de mercantilização e privatização da Saúde, defendendo a garantia e a luta por um SUS de qualidade, universal e 100% estatal;
- a retomada da lógica da seletividade e focalização na criminalização da pobreza e responsabilização dos sujeitos por suas condições de vida, em contraposição aos avanços do SUAS com execução de programas, projetos, benefícios e serviços tipificados;
- a implementação do sistema INSS Digital, que limita o acesso da população aos seus direitos, além de contribuir para a precarização do trabalho e o encerramento das atividades de diversas agências pelo país;
- aos ataques e assédios ao Serviço Social no INSS, considerando seu papel contra hegemônico na instituição, como forma de limitar a autonomia da profissão no contexto institucional;
- a proposta de contrarreforma da Previdência, já em curso e Reforma Trabalhista;
- ao constante processo de privatização e mercantilização da Política de Educação;
- ao ataque promovido pelo projeto “Escola Sem Partido”, representando o avanço do conservadorismo em nossa sociedade. Defendemos a educação pública, laica, gratuita, de qualidade e como um direito universal. Nesse sentido, defendemos a construção da seguridade social pública e ampliada como sistema de proteção social brasileiro.



Moção 5. MOÇÃO DE REPÚDIO A RETOMADA DA PROPOSTA DE SERVIÇO SOCIAL CLÍNICO

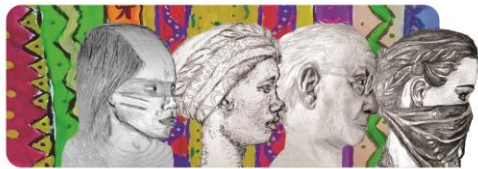
- Considerando a Resolução CFESS nº569/2010, como resultado de amplo debate, realizado de forma democrática no Conjunto CFESS/CRESS, que veda as práticas terapêuticas aos/às Assistentes Sociais.

- Considerando o reconhecimento da democracia como valor e referência universal, para assegurar a coerência profissional nas dimensões teórica, ética e política do projeto profissional hegemônico e a direção social estratégica definida pela profissão.

- Considerando que dialogar sobre o Princípio Fundamental do Código de Ética do/a Assistente Social que trata da "Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual" não significa abrir mão de uma direção crítica. Conforme dispõe a agenda do/a Assistente Social 2018 - "o respeito ao pluralismo no campo democrático também representa o confronto crítico do Serviço Social brasileiro com seu passado recente, marcado pelo conservadorismo". Também expressa o posicionamento crítico de recusa do ecletismo teórico e do relativismo ético e político, que impedem a apreensão dos fundamentos da realidade social e de sua condição de totalidade histórica, contribuindo para a legitimação ideológica da sociabilidade burguesa.

- Considerando que a retomada de práticas conservadoras, como as "Práticas Terapêuticas" ou ainda "Serviço Social Clínico", fragilizam e ameaçam o nosso Projeto Ético-Político, o qual foi resultado das transformações societárias protagonizadas pela vanguarda do Serviço Social no bojo da categoria, fruto do amadurecimento crítico da profissão no Brasil.

- Considerando que a Teoria Social Crítica representada majoritariamente pelo pensamento de Karl Marx é essencial para a



12º ENCONTRO GAÚCHO DE
**ASSISTENTES
SOCIAIS**
17 E 18 DE MAIO DE 2018 | PORTO ALEGRE/RS

compreensão da realidade social, mostra-se fundamental compreender que esse autor se constitui referência para análise da sociedade, reconhecido por diversos pesquisadores tanto no âmbito da produção teórica do Serviço Social, como em inúmeras produções no âmbito das Ciências Sociais Aplicadas. O debate do marxismo deve ser entendido enquanto uma corrente epistemológica do pensamento científico e ao compreendê-la, ter nítido que não podem co-existir, mas sim, entender que há projetos societários e projetos profissionais em disputa.

- Considerando que todos os posicionamentos da categoria profissional refletem uma discussão coletiva, construída de forma transparente, democrática e participativa nos Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais(CBAS), nos Encontros Nacionais de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS), nos Encontros Nacionais do Conjunto CFESS/CRESS e nas diversas oficinas realizadas no âmbito da Associação de Ensino e Pesquisa em Serviço Social(ABEPSS). Desta forma, todos os posicionamentos e concepções teóricas que norteiam a área se constitui em direcionamento hegemônico, calcado numa discussão aberta que mantém raízes assentadas na ética profissional e na liberdade, enquanto valores fundamentais à profissão.

Os/as Assistentes Sociais e Estudantes de Serviço Social, representantes das instâncias organizativas da Categoria(CFESS/CRESS, ABEPSS, ENESSO, FESSS), demais trabalhadores/as reunidos/as por ocasião da realização do 12º Encontro Gaúcho de Assistentes Sociais(EGAS), realizado entre os dias 17 e 18 de Maio de 2018, em Porto Alegre- RS na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul(PUCRS), vem por meio desta manifestar repúdio a proposta de retomada do Serviço Social Clínico, compreendendo que este debate contraria as deliberações democráticas construídas historicamente pela categoria.



12º ENCONTRO GAÚCHO DE
**ASSISTENTES
SOCIAIS**
17 E 18 DE MAIO DE 2018 | PORTO ALEGRE/RS

Moção 6. MOÇÃO DE REPÚDIO A POLÍTICA NEOLIBERAL PRATICADA NAS TRÊS ESFERAS DE GOVERNO E APROVAÇÃO DA EC95

Os/as Assistentes Sociais e Estudantes de Serviço Social, Representantes das instâncias representativas da Categoria (CFESS/CRESS, ABEPSS, ENESSO, FESSS), demais trabalhadores/as reunidos/as por ocasião da realização do 12º Encontro Gaúcho de Assistentes Sociais (EGAS), realizado entre os dias 17 e 18 de Maio de 2018, em Porto Alegre- RS na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), vem por meio desta manifestar repúdio à política neoliberal praticada pelo Governo Federal, Estadual e Municipal e a aprovação da EC nº 95.

Entendemos que esta prática fere os direitos assegurados na Constituição Federal e a classe trabalhadora, em especial os/às profissionais do Serviço Social

O avanço das políticas de cunho neoliberal tem como objetivo o fortalecimento do mercado, às custas da ausência do Estado, na defesa de um estado mínimo no campo social.

A aprovação da reforma trabalhista retira direitos e conquistas da classe trabalhadora, além de precarizar a relação entre empregado e empregador. Ao contrário do que pregam os governantes e a elite dominante, aumenta ainda mais o desemprego e o subemprego que, atualmente, abrange uma parcela considerável da população.

A aprovação da EC nº 95, que congela os investimentos públicos na área social por 20 anos, junto com a referida reforma trabalhista, apresenta um retrocesso, sem precedentes, na história política da sociedade brasileira.

Considerando os pontos expostos acima, reafirmamos nossa posição de repúdio frente a política adotada por estes governos.



Moção 7. MOÇÃO DE APOIO A OCUPAÇÃO DE MULHERES MIRABAL

Os/as Assistentes Sociais e Estudantes de Serviço Social, Representantes das instâncias representativas da Categoria (CFESS/CRESS, ABEPSS, ENESSO, FESSS), demais trabalhadores/as reunidos/as por ocasião da realização do 12º Encontro Gaúcho de Assistentes Sociais (EGAS), realizado entre os dias 17 e 18 de maio de 2018, em Porto Alegre - RS na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), vem por meio desta manifestar solidariedade à luta das companheiras do Movimento de Mulheres Olga Benário, pela manutenção do trabalho de acolhimento de mulheres e seus/suas filhos/ filhas de diversas localidades do Estado, as quais sofreram violência doméstica. Trabalho esse desenvolvido, desde 2016, nas dependências de um prédio privado “abandonado” no centro da capital, possibilitando o atendimento gratuito em abrigo para mais de setenta mulheres.

Nesse período, a Ocupação de Mulheres Mirabal vem cumprindo a função social muito importante, no atendimento de mais de 200 mulheres, ultrapassando em muito as estatísticas dos serviços atualmente oferecidos pelo Estado. Este exerce um papel de descaso com as políticas públicas voltadas às mulheres especialmente nesses últimos três anos. Um exemplo hoje, é o município de Porto Alegre, que possui apenas uma casa abrigo com quarenta e oito vagas para mulheres e seus filhos e filhas, e um Centro de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência, para um total de 700 mil mulheres.

Apoiamos e exigimos que ambos os chefes do executivo estadual e municipal atendam imediatamente as reivindicações da Ocupação de Mulheres Mirabal, no sentido de garantir a continuidade do trabalho em um imóvel definitivo e que o mesmo seja subsidiado com verbas públicas. Isto possibilitará o pleno funcionamento do trabalho de acolhimento com sua inserção na rede de serviços e de equipamentos sociais voltados para o atendimento de mulheres em situação de violência, garantindo dessa forma, a segurança necessária para a permanência destas famílias neste local.



Moção 8. MOÇÃO DE APOIO AO MOVIMENTO BLOCO DE LUTAS DE SÃO BORJA/RS, CONTRA O AUMENTO DA PASSAGEM DO TRANSPORTE PÚBLICO

Os/as Assistentes Sociais e Estudantes de Serviço Social, Representantes das instâncias representativas da Categoria (CFESS/CRESS, ABEPSS, ENESSO, FESSS), demais trabalhadores/as reunidos/as por ocasião da realização do 12º Encontro Gaúcho de Assistentes Sociais (EGAS), realizado entre os dias 17 e 18 de maio de 2018, em Porto Alegre- RS na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), vem por meio desta moção manifestar apoio ao movimento bloco de lutas de São Borja/RS contra o aumento da passagem do transporte público. O bloco de lutas é composto por acadêmicos e acadêmicas, estudantes secundaristas e moradores da cidade de São Borja que já estão sofrendo os impactos do aumento expressivo da passagem urbana de R\$ 2,90 para R\$ 3,55 decretado pelo prefeito da cidade no mês de abril. Valor este, que torna-se inviável para a classe estudantil e afeta diretamente na permanência dos e das discentes, causando evasão escolar. Assim como impacta também na vida da classe trabalhadora que possuem um salário reduzido ou renda de trabalho informal para sua subsistência.

As manifestações do bloco de lutas que se deram de forma PACÍFICA, foram tratadas de forma repressiva e autoritária por parte do poder executivo e legislativo municipal, o que levou à prisão de um acadêmico, durante a ocupação ocorrida, em frente a empresa responsável pelo transporte municipal e a elaboração de uma moção de repúdio por parte da câmara de vereadores de São Borja contra um professor e uma acadêmica da Universidade Federal do Pampa- São Borja que participam do movimento, com a justificativa de incitação a violência e depredação de patrimônio público e privado.

Desta forma, viemos a partir desta manifestar nosso repúdio à violência institucional, ao cerceamento da liberdade de expressão/manifestação e apoio às lutas da classe trabalhadora e aos movimentos sociais, a exemplo o Bloco de Lutas, o qual continua se articulando no sentido de revogar essa decisão, tomada de forma autoritária, sem a participação popular.

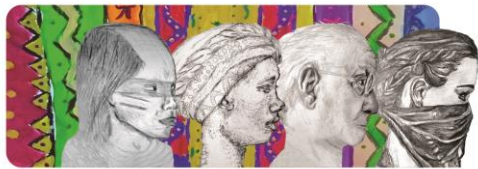


Moção 9. MOÇÃO DE REPÚDIO A CRIMINALIZAÇÃO E MORALIZAÇÃO DA POBREZA

Os/as profissionais Assistentes Sociais, estudantes de graduação e pós graduação em Serviço Social presentes no Seminário de Ética e Direitos Humanos, ocorrido no dia 17 de maio de 2018, o qual integrou a programação do 12º Encontro Gaúcho de Assistentes Sociais, manifestam repúdio a criminalização e a moralização da pobreza expressada por meio de múltiplas manifestações e, especialmente vivenciada pela população pobre e negra, indígena, mulheres cisgêneras, transgêneros, travestis, gays, lésbicas, entre outras.

Tal processo de criminalização e moralização ganham evidencia no contexto contemporâneo de inúmeras formas, diante de um claro avanço neoliberal e neoconservador no contexto brasileiro. Ressalta-se que o processo de criminalização da pobreza, ocorre no âmbito da ampliação do Estado Penal voltado para a punição dos sujeitos que mais são afetados pela dinâmica da produção e reprodução do capital na atual conjuntura. Concomitantemente a moralização se dá pelo avanço conservador dessa lógica, que acaba acarretando na culpabilização do sujeito, desconsiderando o papel do Estado na proteção social dessa população. Ressalta-se que esses dois processos não são movimentos descolados, mas ocorrem simultaneamente corroborando os interesses do grande do capital. Podem ser elencados diversos elementos de visualização desse processo, dentre os quais destaca-se:

- O racismo manifestado em todos os âmbitos das relações sociais em especial no encarceramento em massa da população negra e o genocídio da juventude negra, justificada como mecanismo de segurança pública.
- Aumento do Estado Penal para essas populações, com destaque a intervenção militar no Rio de Janeiro, nas favelas, bairros e periferias de todo o Brasil.
- Na violência institucional por meio da negação e/ou precarização e focalização do atendimento e acesso as políticas públicas pela população, com destaque para a discriminação de gênero e raça/etnia e orientação sexual.
- Destituição do poder familiar por razões de pobreza, violando direitos de crianças e adolescentes e suas famílias à convivência familiar e comunitária, contrariando a Lei nº 8.069/90.



1 2º ENCONTRO GAÚCHO DE
**ASSISTENTES
SOCIAIS**
17 E 18 DE MAIO DE 2018 | PORTO ALEGRE/RS

- A insegurança das mulheres, principalmente mulheres negras, alvo do machismo e racismo. Cabe salientar os números alarmantes de mulheres que morrem em decorrência do aborto realizado de forma insegura, devido a criminalização do mesmo.

Assim, partindo destes elementos entre tantos outros que negam e violam os direitos desses sujeitos, manifestamos nosso repúdio às ações moralizantes e criminalizadoras por parte do Estado e das classes dominantes que buscam desumanizar e exterminar esses grupos sociais, desviando a sua responsabilidade na proteção e promoção dos Direitos Humanos.

Marielle, presente! Matheusa, presente!